APONTAMENTOS CRÍTICOS SOBRE A TEORIA DA CRISE EM ROSA LUXEMBURGO

Marcelo Dias Carcanholo*

O subconsumo, em sua vertente teórica clássica engloba autores marxistas como Cunow, Schmidt, Rosa Luxemburgo e, de certa forma, Kautsky. Em seu principal trabalho, Luxemburgo[1] se propõe a analisar a acumulação do capital. Ela procura fazê-lo, partindo do ponto de vista da reprodução do capital social total. A reprodução se define pela repetição, renovação, do processo produtivo. Esse processo de produção tem que ser renovado regularmente, tornando-se pressuposto e fundamento de um consumo regular. Em qualquer tipo de sociedade e, portanto, na capitalista também, só pode ser consumido algo previamente produzido. Essa reprodução pressupõe determinado nível de produtividade do trabalho. Assim, o consumo de uma sociedade dependerá do que foi produzido e da forma como se produz.

Esse processo produtivo não se reduz a condições técnicas. Existem também condições sociais. Estas se definem pela decisão que a sociedade toma sobre o que e quanto produzir. No capitalismo, esta decisão é tomada pelo mercado, através do mecanismo de preços. A partir deste, a sociedade define o que e em que quantidade se deve produzir. No entanto, a fabricação de mercadorias não é o objetivo do produtor capitalista; é apenas um meio para a apropriação de mais-valia, que é o seu verdadeiro objetivo. O capitalista não está interessado no valor de uso que produziu. O que lhe importa é que esta mercadoria que produziu é valor de uso para outra pessoa, e que esta mercadoria possui valor (incluindo a mais-valia). Assim, embora lhe interesse apenas o valor, o capitalista é forçado a produzir um valor de uso específico, pois só através desse é que ele pode obter o valor. E, como seu objetivo é a apropriação de uma mais-valia, ele só o conseguirá quando a mercadoria produzida for trocada por dinheiro, no mercado.

---

* Prof. Adjunto da Faculdade de Economia da UFF.

[1] Rosa Luxemburgo, *A Acumulação do Capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo*. São Paulo: Nova Cultural,1985.

A reprodução só se define quando o capitalista, com o dinheiro obtido, compra novamente elementos para um novo processo produtivo. Como lhe interessa uma maior apropriação de valor, ele procurará produzir um maior montante de valor. Para tanto, o capitalista acumula uma fração da sua mais-valia. No entanto, a acumulação do capital pressupõe algumas condições que valem a pena serem destacadas:

(I) O processo produtivo tem que gerar um valor a mais.

(II) Para que este mais-valor, a mais-valia, destinado à acumulação possa ser apropriado, é necessário que ele se realize **no mercado**.

(III) É necessário que o novo capital assuma inicialmente a forma de capital-produtivo.

(IV) A nova produção (acrescida de valor) tem que ser realizada, o que leva, segundo a autora, ao mercado de produtos finais, já que não se pode produzir para uma nova produção eternamente. Em algum momento, deve-se chegar ao produto final.

É este o objeto da investigação de Rosa Luxemburgo: a reprodução do capital social enquanto processo de acumulação do capital, que possui algumas condições para sua efetivação. Segundo ela, essas condições exprimem a contradição interna existente entre a produção privada e o consumo, de um lado, e o elo social de ambos. Sendo assim, como a economia capitalista conseguiria realizar sua mais-valia, garantindo a acumulação? A solução proposta por Rosa Luxemburgo passa pelo abandono da hipótese de que capitalistas e operários são os únicos representantes no consumo social. Para ela, nenhuma sociedade capitalista esteve sob o domínio exclusivo da produção, isto é, no interior da sociedade capitalista existem mercados externos à reprodução capitalista. Esta é a única solução possível para que se realize a mais-valia destinada para acumulação; a demanda crescente por mercadorias, condição necessária para a acumulação, segundo a autora, é garantida pelos mercados externos.

A produção capitalista oferta mercadorias no valor de c + v + m. Do lado da demanda (realização), a parcela c é demanda dos capitalistas para reposição dos meios de produção; o equivalente a v é realizado pelos trabalhadores, que compram bens de consumo. Assim, se a realização da mais-valia é a **questão** vital da acumulação capitalista, a existência de compradores não capitalistas (mercados externos) é a **condição** vital para

que a acumulação se processe. Esses mercados externos são definidos como fazendo parte de um contexto social não capitalista, que absorve os produtos do capitalismo e fornece meios de produção e força de trabalho para a produção capitalista. Não se trata pois de diferenciar os mercados por limites geográficos. O mercado externo pode ser constituído não só por países com uma economia natural pré-capitalista, mas também por parte dos países capitalistas que não está integrada a esta produção capitalista, assim como por grupos sociais e/ou instituições dentro do espaço capitalista, mas que não faziam parte do mercado consumidor. Esta é a solução que a autora acredita ser a única possível.

Mas, em que isto se relaciona com o fenômeno da crise? A crise nada mais é do que a interrupção violenta de um processo de acumulação. Para a autora, a crise é conseqüência da contradição imanente que existe entre a capacidade ilimitada da produtividade e a capacidade de expansão limitada do consumo social, contradição esta ressaltada por Marx no livro III de O Capital. Assim, o esquema de reprodução ampliada, analisado por Marx no livro II, entraria em contradição com essa concepção do processo de produção global capitalista, exposta no livro III. Rosa Luxemburgo procura ressaltar que a teoria da acumulação culmina com a demonstração de que o processo de acumulação se desenvolve por meio de crises, o que é contraditório com um esquema de reprodução que se dá sem problemas de realização.

Se a crise é a interrupção do processo de reprodução ampliada, ela só pode se definir na passagem da mais-valia já produzida para a mais-valia acumulada. Essa passagem é justamente a realização da mais-valia. Portanto, a crise se dá por uma impossibilidade de realização do valor produzido. O problema da realização nessa autora não se dá nem nas parcelas que correspondem ao capital constante e variável, nem na parcela da mais-valia que corresponde ao consumo pessoal dos capitalistas; o problema da realização se dá na parcela a ser acumulada.

O que causa a crise? Ora, o processo de reprodução só é interrompido quando a mais-valia não pode ser realizada. Então, ocorre a crise quando o mercado externo não é capaz de realizar todo o valor produzido pela economia capitalista; quando ocorre uma insuficiência de consumo, que não permite realizar todo o valor ofertado. É por isso que Rosa Luxemburgo é normalmente classificada como uma das autoras da teoria

subconsumista da crise. A insuficiência de demanda não permite realizar a parcela do valor que corresponde à mais-valia e, portanto, os capitalistas não podem acumular. As crises, no pensamento de Rosa Luxemburgo, são inerentes à economia capitalista justamente porque o subconsumo é inerente ao processo de acumulação. O processo produtivo forma um valor de c+v+m e a própria economia capitalista só consegue realizar c+v+(m/x), onde m/x representa a parcela da mais-valia utilizada para consumo improdutivo. Por toda esta argumentação, pode-se dizer que a abordagem de Rosa Luxemburgo permite concluir que o problema de realização do valor produzido (mais especificamente da mais-valia) é a causa da crise, ou então, o subconsumo inerente à economia capitalista provoca recorrentemente (necessariamente) as crises de superprodução. A argumentação se torna mais consistente quando se observa o que Marx escreveu:

> A razão última de todas as crises reais é sempre a pobreza e a restrição ao consumo das massas em face do impulso da produção capitalista a desenvolver as forças produtivas como se apenas a capacidade absoluta de consumo da sociedade constituísse seu limite[2].

A argumentação da autora, sustentando a aparente contradição que existiria entre a teoria da acumulação e os esquemas de reprodução, é contundente. É inegável que os esquemas de reprodução são limitados para o estudo da acumulação capitalista; eles não são um fiel retrato da realidade, como diz Rosdolsky, "...por la simples razón de que no toma en consideración la anarquía de la producción imperante en el capitalismo real, y además porque no toma absolutamente en cuenta el conflicto entre producción y consumo, inseparable de la esencia misma del capitalismo"[3]. Logo, existe uma limitação da análise de Marx nos esquemas de reprodução; parece que Rosa Luxemburgo tinha razão.

No entanto, o assunto deve ser observado com mais rigor: a limitação se encontra em Marx, que não consegue explicar o concreto-real, ou está nos esquemas de reprodução? Neste momento, é preciso considerar que os esquemas de reprodução fazem parte do Livro

---

[2] Karl Marx, *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 1988, vol. V, p.17.

[3] Roman Rosdolsky, *Génesis y Estructura de El Capital de Marx: estúdios sobre los Grundrisse*. México: Siglo XXI, 1978, p. 544.

II de O Capital, que trata da circulação do capital em geral, considerando o processo de produção apenas no que é indispensável para o entendimento da primeira - a teoria da produção no livro II é pressuposta. Em outras palavras, o livro II possui um grau de abstração muito elevado. A tentativa de aplicação dos esquemas de reprodução para o entendimento do concreto-real sem qualquer mediação, como quer Rosa Luxemburgo, constitui uma falha metodológica grave. Desta forma, os esquemas de reprodução são limitados porque o escopo do livro II é limitado. Ele trata apenas da circulação do capital, abstraindo as características do processo de produção. A junção dos dois, isto é, a economia capitalista em seu real funcionamento, com todas suas formas de manifestação, só é realizada, por Marx, no livro III. É neste último que são apresentadas todas as categorias aparentes. Criticar os esquemas de reprodução pelo seu irrealismo, como fez Rosa Luxemburgo, é o mesmo que criticar o livro I por pressupor que as mercadorias são vendidas pelos seus valores, e não por seus preços! Trata-se de uma incompreensão do método utilizado por Marx em O Capital.

A formulação da questão por Rosa Luxemburgo reduz tudo ao fato de que a economia capitalista produz um valor de c+v +m, mas só consome c+v; daí a necessidade dos mercados externos. Isto é um equívoco!

A mercadoria pode ser observada de dois pontos de vista. A mercadoria em geral, produto do capital, denota toda a produção da economia. Para esta, aparentemente vale a contradição ressaltada por Rosa Luxemburgo. Produz-se uma mercadoria (produto do capital) no valor de c+v+m, enquanto que a capacidade de consumo se dá por c+v. Entretanto, todo o problema da realização reside no fato de que ela não se dá em termos gerais (sociais). A apropriação (realização) do valor, no capitalismo, é privada. Não existe um local (mercado) geral onde um representante dos ofertantes se encontre com outro dos demandantes, de forma que oferta e demanda se confrontem em termos generalizados. A realização do valor produzido se processa em mercados particulares, com ofertantes e demandantes singulares. Nesses mercados, realiza-se a mercadoria singular, que é a outra forma de se observar a mercadoria, elemento de um conjunto mais amplo (a mercadoria produto do capital). Esta diferenciação entre as duas formas de observar a mercadoria talvez não esteja tão clara em O Capital mas, no capítulo VI inédito, Marx diz que: “Daqui se

depreende que a mercadoria como *produto do capital* se diferencia da *mercadoria singular*, *considerada na sua autonomia*, e que esta diferença se tornará cada vez mais clara e afetará também tanto mais a real determinação de preços das mercadorias...quanto mais de perto tenhamos seguido os processos capitalistas de produção e circulação"[4]. Ora, a contradição subconsumista só se define em termos da mercadoria como produto do capital. A afirmação de que todo problema de realização se resume à realização de uma parcela específica do valor, no caso a mais-valia, decorre da confusão que se faz entre as duas noções de mercadoria. Em cada mercadoria singular está contida uma fração de todo o valor c + v + m produzido pela economia e, portanto, quando ela é realizada, realiza-se esta fração, e não apenas um componente específico, seja ele c, v ou m. Assim, o problema da realização é mais complexo do que realizar uma parcela do valor produzido. O problemático da realização está em realizar tantos valores de mercadorias singulares de modo a, no final do processo, toda a produção ter sido realizada. Em outras palavras, todo o problema da realização reside no fato das apropriações privadas se darem de tal forma a garantir, em termos sociais, a realização de toda a produção.

Depois de formular o que acredita ser o problema, Rosa Luxemburgo investiga suas possíveis soluções. Marx afirma que a própria classe capitalista é quem lança em circulação o dinheiro que servirá para a realização da mais-valia. A autora rejeita esta solução por achar que ela já está implícita na reprodução simples, e que esta nada tem com o real funcionamento da economia capitalista. É aqui que reside o principal erro da autora. Durante a análise da reprodução ampliada, ela resvala nas premissas da reprodução simples. Na verdade, o que ela não entendeu foi o papel que a reprodução simples tem no estudo da reprodução ampliada. A primeira ressalta o fato de que os capitalistas são obrigados a repor as condições de produção para um novo período, além de consumirem improdutivamente a mais-valia. Na reprodução ampliada, isto permanece, com a diferença de que uma parte da mais-valia é acumulada. Assim, a diferença entre as duas se apresenta no valor de uso que é comprado pela mais-valia. Os esquemas de reprodução analisam a circulação de mercadorias, levando em consideração o fato de que a mercadoria é uma unidade

[4] Karl Marx, *Capítulo VI Inédito de O Capital: resultado do processo de produção imediata*. São Paulo: Editora Moraes, s/d, p. 162. Portanto, essa diferença só fica nítida

contraditória entre valor e valor de uso. Assim, a realização das mercadorias seria um processo de realização não só do valor, mas deste materializado em valores de uso específicos. Ao privilegiar o aspecto quantitativo da realização, Rosa Luxemburgo não tratou do seu aspecto qualitativo. Isto a leva a perder de vista as compras intersetoriais (consumo intermediário), que é o elo teórico que lhe falta para entender o significado de que são os próprios capitalistas que demandam a mais-valia.

Rosa Luxemburgo retira ainda uma outra conclusão da solução fornecida por Marx para o problema da realização. Se os próprios capitalistas forem responsáveis pela demanda da mais-valia, a lógica da economia capitalista deixaria de ser a acumulação, tornando-se a produção mera etapa de uma maior produção posterior. Segundo ela, esses capitalistas seriam fanáticos adeptos da produção pela produção, o que se tornaria um contra-senso, do ponto de vista do capital. De fato, o objetivo do capitalista, como conseqüência da lógica do capital, não é a produção, mas a apropriação crescente de mais-valia. Para tanto, necessita-se justamente que mais-valia seja produzida para, posteriormente, ser realizada. Se o processo acabasse aqui, o capitalismo não estaria exercendo sua lógica, já que capital só é capital em movimento. A circulação do capital é formada por uma unidade, sempre em processo de duas instâncias contraditórias: produção e circulação de mercadorias. Desta forma, o objetivo do capitalismo, a apropriação crescente de mais-valia, pressupõe a produção para nova produção sim! Mas, com uma intermediação importante: a circulação de mercadorias, responsável pela realização do valor produzido.

A observação desta circulação do capital pode ser feita de vários modos, dependendo da forma do capital que é ressaltada. Ela pode se dar sob a ótica do ciclo do capital-dinheiro, ou do ciclo do capital-produtivo, ou ainda do ciclo do capital-mercadoria. Cada ciclo diferente permite analisar características diferentes. O que importa aqui é que esse processo de circulação do capital é interminável[5]. Portanto, a acusação, feita por Rosa

---

depois da análise do livro III.

[5] Ao menos do ponto de vista da lógica interna da acumulação de capital, uma vez que "capital" que não continue o processo de transformação na sua circulação, isto é, "capital" parado, não é um valor que se valoriza processualmente, logo, não é capital! A questão é que esta processualidade não se dá de forma contínua, sem percalços, mas com sobressaltos, dentro de um processo de crise cíclica.

Luxemburgo, de que a solução de Marx não é válida, uma vez que entra em um círculo vicioso interminável, é equivocada. Não é o pensamento de Marx que entra em um círculo vicioso, onde a produção é condição e resultado de outras produções, mas é a própria economia capitalista que, para exercer sua lógica de apropriação crescente de mais-valia, possui um movimento interminável no qual o capital passa pelas esferas produtiva e da circulação, ora em uma, ora em outra.

Mesmo com as insuficiências da crítica da autora ao tratamento de Marx para o processo de acumulação, o subconsumo como causa da crise ainda parece uma hipótese razoável. Apesar disso, e das próprias palavras de Marx, a hipótese do subconsumo não pode ser a causa da crise! Em primeiro lugar, a hipótese do subconsumo inverte a relação de dependência entre acumulação e consumo. Segundo esta, o consumo determina a acumulação, na medida em que para se acumular qualquer quantia é preciso antes realizá-la. Ao contrário do que assume a teoria do subconsumo, embora exista reciprocidade causal (acumulação e consumo formam uma unidade), a predominância se dá na acumulação determinando o consumo, ainda que o último condicione o primeiro. O que ocorre é que para que as pessoas consumam, elas devem obter rendimentos, que são, por sua vez, fruto de decisões anteriores de acumulação. Uma outra forma de entender a mesma questão passa pela lógica do capitalismo. O modo de produção capitalista tem por fim a obtenção de um lucro cada vez maior; e isto só é obtido pela produção de um montante de mais-valia em constante crescimento, isto é, pela acumulação. O consumo (realização) não passa de uma condição, necessária, é bem verdade, mas não determinante.

Poder-se-ia argumentar que sem a realização do valor produzido, a acumulação não prossegue e, portanto, a hipótese do subconsumo seria verdadeira. Colocado desta forma, o subconsumo adquire relevância, isto é, o processo de realização faz parte, junto com o de produção, da unidade definida como processo de circulação do capital. No entanto, os defensores do subconsumo entendem esta hipótese como sendo uma insuficiência de demanda por bens de consumo finais, como se o capitalismo tivesse por fim último o consumo improdutivo. Acreditar que a lógica do capitalismo é a venda de bens de consumo finais é um erro. Para que o capitalista consiga implementar a lógica do capital, basta que ele realize o valor produzido, não importando em que valor de uso se materializou. Seja

meio de produção ou bem de consumo final, a realização do valor produzido é que possibilita a acumulação. A crise é, sem dúvida alguma, produto de uma insuficiência de demanda. Entretanto, confundir isso com subconsumo de bens finais é, provavelmente, o principal erro da hipótese subconsumista. A causa da crise, de acordo com a análise de Marx, não é o subconsumo.

Mas então, qual o significado das palavras de Marx, quando diz que a razão última de todas as crises é a restrição ao consumo das massas? A apropriação subconsumista dessas palavras de Marx é conseqüência do abandono da segunda parte do trecho já transcrito. Marx diz que a razão das crises se encontra na restrição ao consumo das massas em face do impulso da produção. A crise se dá porque o modo de produção capitalista tende a produzir um valor muito maior do que consegue realizar. Ela não ocorre porque há uma superexploração, que restringe o consumo das massas, mas porque o capitalismo amplia o consumo, que não é restrito às massas, de uma forma insuficiente para realizar todo o valor que se produz em escala crescente. Isto fica nítido quando Marx afirma que:

> La medida de esta superproducción es el capital mismo, la escala existente de las condiciones de producción y el desmedido afán de enriquecimiento [y] capitalización de los capitalistas, y [no] en modo alguno el *consumo*, roto de antemano, puesto que la mayor parte de la población, la población trabajadora, sólo puede ampliar su consumo dentro de límites muy estrechos, mientras que, por otra parte, en la misma medida que el capitalismo se desarolla decrece *relativamente* la demanda de trabajo, aunque aumente en términos absolutos”[6].

Se o problema da realização se resumisse ao consumo insuficiente das massas, bastaria uma política redistributiva de aumentos salariais para acabar com ele. Esta visão populista do processo se mostra equivocada, pois “basta observar que as crises são sempre preparadas por um período em que os salários sobem de modo geral ... tal período deveria, ao contrário, afastar a crise”[7]. Não bastasse isso, uma política de aumento salarial implicaria

---

[6] Karl Marx, *Teorias sobre la Plusvalia*. México: Fondo de Cultura Econômica, 1980, vol. II, pp. 453-454.

[7]Karl Marx, *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 1988, vol. III, p.287. Aliás, não são apenas os salários que sobem no período anterior à crise; os

em uma queda da taxa de mais-valia e, portanto, da taxa de lucro. O que, pretensamente, resolveria a crise, atua de forma a aprofundá-la! A hipótese do subconsumo procura resgatar a importância do processo de realização no estudo das crises. Mas, ao fazê-lo, ela acaba por reduzir o estudo apenas à análise das contradições próprias da esfera da circulação, quando a circulação do capital é uma unidade entre produção e circulação de mercadorias.

Por todos esses motivos, a hipótese do subconsumo como causa da crise deve ser rejeitada. Será então que ela não possui nenhum papel em uma teoria da crise? Uma resposta afirmativa a esta pergunta estaria reduzindo a teoria da crise a uma mera identificação de sua causa. Ao afirmar que a insuficiência de demanda é a causa da crise, confunde-se uma forma de manifestação do fenômeno com a sua causa. Quando uma situação de consumo insuficiente para realizar a produção se configura, a situação de crise já está deflagrada, isto é, as circunstâncias inerentes ao modo de produção capitalista que provocam a situação já atuaram; a causa da crise já se manifestou através de uma forma, a insuficiência de demanda para uma produção sempre crescente. Portanto, o subconsumo (no sentido de insuficiência na demanda total por mercadorias) pode ser considerado como mais uma forma de manifestação da crise e, como tal, seu papel em uma teoria da crise deve se restringir a isto. Marx já havia se pronunciado sobre esta questão: "Si se contestara que la producción sin cesar creciente ... necesita de un mercado constantemente ampliado y que la producción se amplía más aceleradamente que el mercado, no se haría más que formular en otras palabras el fenómeno que se trata de explicar, en vez de [presentarlo] en su forma abstracta, en su [forma] real"[8].

---

investimentos também crescem rapidamente. Afinal, a economia vive o momento do auge de crescimento.

[8] Karl Marx, *Teorias sobre la Plusvalia*. México: Fondo de Cultura Econômica, 1980, vol. II, pp. 482.